

política

Aprovado reajuste de 5,4% para professores

Cpers pedia aumento também para demais funcionários da educação

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Os deputados estaduais aprovaram o reajuste de 5,4% para professores da rede pública estadual na sessão de ontem na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A categoria, representada pelo Cpers Sindicato, reivindicava o percentual não só para os professores, mas para todos os profissionais da educação (como merendeiras, zeladores, secretárias, além de aposentados sem paridade).

O líder da oposição, deputado estadual Miguel Rossetto (PT), apresentou uma emenda ao projeto - estendendo o benefício para todos os profissionais da educa-

ção. Conforme o parlamentar, o texto estendia o benefício para 53 mil trabalhadores e aposentados, o que custaria em torno de R\$ 200 milhões.

“O projeto encaminhado pelo governo Eduardo Leite (PSD) à Assembleia deixa de fora 53 mil trabalhadores da educação. Esses trabalhadores não receberão o reajuste de 5,4%. Uns porque não recebem nenhum percentual, outros porque a parcela de irredutibilidade tira o reajuste. A nossa emenda propõe que todos recebam reajuste de 5,4%”, detalhou Rossetto.

A parcela de irredutibilidade foi criada durante a primeira gestão de Eduardo Leite, na época da reforma do plano de carreira do magistério em 2020, que retirou uma série de gratificações da carreira. Para que o

salário dos trabalhadores não diminuísse - o que é inconstitucional - o governo criou a parcela de irredutibilidade para compensar as perdas com a extinção de benefícios.

Por exemplo, se o professor perdeu 20% do salário com o fim das gratificações, ele passou a receber uma parcela adicional de 20% a mais no seu salário. Segundo a deputada estadual e professora Sofia Cavedon (PT), 123 mil profissionais da educação passaram a receber a parcela de irredutibilidade a partir de 2020. Hoje 17 mil servidores ainda recebem algum percentual de irredutibilidade.

O problema é que, na prática, esse subterfúgio congelou o salário dos professores, porque as parcelas absorvem os aumentos concedidos após a reforma. Isso significa que, quando os 17 mil trabalhadores que ainda recebem a parcela de irredutibilidade receberem os 5,4% de reajuste aprovados ontem, eles também vão sofrer uma diminuição de 5,4% na parcela. Os servidores só passam a receber reajustes de fato, após a parcela ser zerada. Cerca de 106 mil servidores já tiveram as parcelas extintas nos últimos 5 anos.

O líder do governo, Frederico Antunes (PP), foi um dos poucos parlamentares do governo que subiu a tribuna. Ele defendeu que, apesar de o ex-governador Tarso Genro (PT, 2011-2014) ter criado o piso do magistério quando era Ministro da Educação, foi apenas no governo Leite que ele passou a ser pago sem completivos.

“O governo tem conseguido pagar o piso do magistério nos últimos anos sem completivo...”, Antunes mencionou na tribuna, o que desencadeou uma série de protestos nas galerias cheias de professores e aposentados da categoria.

Diante disso, o líder do governo fez uma provocação aos deputados da oposição e aos representantes do Cpers. “Se o governo não paga o piso, digam. Que (os deputados da oposição) subam aqui e digam que o governo do Estado não paga o piso do magistério.” Antunes também citou os avanços na educação, como por exemplo o aumento de 40% das escolas de turno integral.

Com a aprovação do reajuste de 5,4%, o Estado deve desembolsar R\$ 424 milhões ao ano. O projeto foi aprovado por unanimidade, com 44 votos favoráveis.

Pedro Simon e Gabriel Souza recebem medalhas em meio à divisão no MDB

LUCAS KLOSS/ALRS/JC



Mérito Farroupilha foi entregue em solenidade no Parlamento gaúcho

/ HOMENAGEM

No dia em que o MDB completa 60 anos, o Salão Júlio de Castilhos da Assembleia Legislativa ficou lotado antes da sessão de ontem para a entrega da Medalha do Mérito Farroupilha ao vice-governador Gabriel Souza (MDB). Na mesma sessão, o ex-senador Pedro Simon (MDB) recebeu a medalha da 56ª Legislatura.

O fato de os dois terem recebido a honraria, lado a lado, foi interpretado por muitos emedebistas como um esforço para unificar o partido em torno da pré-candidatura de Gabriel Souza ao governo do Estado.

O MDB gaúcho passa por uma divisão em relação a eleição de outubro de 2026. A sigla - com atividade mais longa ininterruptamente no Brasil - possui uma ala mais à direita, que gostaria de apoiar a candidatura à presidência da República do senador Flávio Bolsonaro (PL).

Alguns membros desse grupo avaliam, inclusive, que o prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo (MDB) deveria ser o candidato ao Piratini na eleição de 2026. Em entrevista ao **Jornal do Comércio**, Melo garantiu que vai concluir o segundo mandato à frente do paço municipal.

Por outro lado, outra ala do partido defende a candidatura de Gabriel Souza, como sucessor do governador Eduardo Leite (PSD).

Também defendem o apoio a um candidato presidencial da chamada terceira via. Após o governador do Paraná Ratinho Júnior (PSD) desistir da disputa interna no seu partido, Leite ficou mais próximo de ser o nome escolhido para representar a legenda de Centro na corrida presidencial de 2026.

Ao receber a Medalha do Mérito Farroupilha, Gabriel Souza disse estar honrado de receber a comenda na mesma ocasião que Simon. E complementou: “Tenho muito orgulho do meu partido, apesar de eventualmente ter divergências, o que é normal e salutar para qualquer partido.”

O senador Pedro Simon lembrou a história do MDB gaúcho no enfrentamento da ditadura militar brasileira (1964-1985). “Fizemos história lutando contra a ditadura.”

Ele também disse que, hoje, a atuação do partido deve continuar combatendo grupos com interesses próprios. Contudo, não citou nomes.

“Estão querendo transformar a democracia num regime para eles. O MDB está presente, porque não pode deixar o Brasil cair na mão de alguém que não sabe o que quer, que não tem projeto para o Brasil”, disse Simon diante das lideranças do MDB.

Em entrevista ao **JC** em 2025, Simon sugeriu que Gabriel Souza e Melo deveriam trabalhar juntos na eleição para o governo do Estado.

Secretário Juvir Costella deve depor hoje na CPI dos Pedágios

/ INVESTIGAÇÃO

Após conseguir uma liminar na Justiça nesta segunda-feira suspendendo a sua convocação para comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as concessões rodoviárias no Rio Grande do Sul, o secretário estadual de Logística e Infraestrutura, Juvir Costella (MDB), deve depor hoje no colegia-

do da Assembleia Legislativa.

A data foi uma sugestão do próprio secretário. O presidente da CPI dos Pedágios, deputado estadual Papparico Bacchi (PL), enviou nesta terça-feira um ofício a Costella confirmando a data. “Comunico o acolhimento do pedido para comparecimento perante este colegiado no dia 25 de março de 2026, às 16h”, menciona o presidente da CPI no texto.

